



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

04 de abril de 2018

- Lançamento do projeto “De olho na Constituição”
- ALTO PARNAÍBA - Decisão sobre afastamento e bloqueio de bens do prefeito Rubens Sussumi Ogassawara, em função de uso de caminhonete da empresa Mocelin
- PORTO FRANCO – Recomendação sobre fornecimento de merenda escolar
- Número de homicídios na Grande São Luís nos últimos 11 anos.
- Rejeição de ação do PCdoB questionando propaganda eleitoral antecipada pela ex-governadora Roseana Sarney
- SÃO LUÍS – Atraso nas obras da Barragem do Bacanga
- SÃO LUÍS - Denúncia sobre estado precário da Avenida Litorânea
- SÃO LUÍS – Problemas no Terminal Rodoviário
- SÃO LUÍS | OPERAÇÃO CONTRA CONTRABANDO – Recebimento da Denúncia do MPF e manutenção da prisão de 8 envolvidos
- SÃO LUÍS | VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – Revogação da prisão de Luís André Genésio, agressor da advogada Ludmila Barbosa

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate''	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <i>Capa</i>	
DATA	04 / 04 / 2018
PÁG.	01
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Ministério Público do Maranhão lança projeto "De olho na Constituição"

PÁGINA 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
(X) Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros *Hora Extra*

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 05 (X) Gerada () Espontânea (X) Positiva () Negativa

EM DEFESA DA CARTA MAGNA Ministério Público do Maranhão lança projeto "De olho na Constituição"

Aconteceu na manhã desta terça-feira, 3, na Sala dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, a assinatura do ato nº 119/2018, que instituiu o projeto institucional "De olho na Constituição – a autocomposição no controle da constitucionalidade", pelo procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Durante a solenidade, o chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino da Silva Guimarães, falou sobre a importância dos 30 anos da Constituição Federal de 1988 e dos avanços obtidos a partir dela, como o fortalecimento do Ministério Público e das demais instituições de controle, que têm atuado diretamente no combate à corrupção.

Para o promotor de justiça, em uma sociedade plural, complexa e em constante mudança, é necessário que essas instituições trabalhem de forma proativa e resolutiva, primando pela autocomposição, que é o acordo entre as partes para a resolução de um conflito. De acordo com Justino Guimarães, essa tem sido a orientação do Conselho Nacional do Ministério Público



PGJ ressaltou a importância da participação popular e termos de adesão foram assinados no evento

lançado nesta terça.

Também integrante da Assessoria Especial, o promotor de justiça Marcio Thadeu Silva Marques falou sobre as primeiras iniciativas do projeto. Uma delas é a proposição de adequação do inciso IX, do art. 147 da Constituição Estadual, extinguindo a possibilidade de que a publicação de leis, decretos e editais municipais ocorra com a simples afixação "na sede municipal, em lugar visível ao povo".

Outra proposta é a alteração da Constituição Estadual, adequando-a ao disposto na Constituição Fe-

do nome de pessoas vivas a logradouros e bens públicos, o que vai de encontro ao princípio da impessoalidade na administração pública.

Representando o governador Flávio Dino, o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia Rocha, parabenizou o Ministério Público pela iniciativa pioneira, "que certamente trará muitos frutos para a sociedade maranhense", além de observar a importância da presença de diversas instituições estaduais e federais, que reafirmam o seu papel de defesa do interesse público.

Rodrigo Maia afirmou que o Poder Executivo tem

profundo entusiasmo pela iniciativa. Para ele, a solenidade dá início a um caminho virtuoso de defesa do interesse público. "Vocês têm o nosso total apoio para que possamos avançar, de forma harmônica e concertada, no aprofundamento democrático que é, em última instância, o que esse projeto representa", garantiu.

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Coelho, afirmou que é dever do cidadão a defesa da Constituição. O projeto "De olho na Constituição" vem, justamente, para garantir o controle da constitucionalidade, com a participação ativa do cidadão e mecanismos de autocomposição que garantam celeridade e resolutividade das questões levantadas.

Luiz Gonzaga Coelho também ressaltou a importância da comunidade acadêmica para o sucesso do projeto, incentivando que o debate sobre a supremacia da Constituição seja incorporado como atividade acadêmica e de extensão. "Colocamos nossos promotores de justiça à disposição das universidades, para que possamos fazer essa discussão no âmbito acadêmico".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate'' () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia				
Outros			PH	
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	02	() Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea () Positiva <input checked="" type="checkbox"/> Negativa

Mesmo que associativamente, a proximidade excessiva entre

magistrados e integrantes do Ministério Público é um fenômeno que mereceria um pouco mais de atenção. Na imensa maioria dos casos, o MP é parte.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
(X) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate'' () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política		() Cidades / Vida		() Geral () Polícia
Outros				
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	06	(X) Gerada () Espontânea (X) Positiva () Negativa

Justiça determina afastamento e bloqueio de bens do prefeito de Alto Parnaíba

Uma decisão da juíza titular da comarca de Alto Parnaíba, Nuza Maria Oliveira Lima, determinou o afastamento do prefeito do município, Rubens Sussumi Ogassawara, cautelarmente, pelo prazo de 180 dias; a indisponibilidade dos ativos financeiros, bens móveis e imóveis, tanto do prefeito quanto da empresa Mocelin Comércio e Serviços e seu sócio-administrador, Gabriel Mocelin Neto, até o montante de R\$ 661.422,30. A decisão determinou, também, a suspensão do contrato administrativo assinado no ano passado entre o Município de Alto Parnaíba e a Mocelin Comércio e Serviços. A juíza fixou multa de R\$ 30 mil para cada ato de descumprimento

da decisão. A decisão judicial se deu em ação popular, onde o autor afirmou que a Prefeitura de Alto Parnaíba firmou um contrato com a empresa Mocelin Comércio e Serviços. Desde então, o gestor teria sido visto frequentemente transitando pela cidade em uma caminhonete de propriedade da referida empresa. A parte requerente juntou diversas provas de que o veículo pertence a Gabriel Mocelin Neto, sócio-administrador da empresa, fato este que fere o princípio da moralidade, afirmando que Rubens e Gabriel mantêm amizade de longa data. Segundo a ação, no ano de 2017, a empresa citada recebeu da Prefeitura de Alto Parnaíba a

quantia de R\$ 661.422,30 mil, e que Rubens Sussumi possui estreita relação de amizade com o dono da empresa contratada. "Por qual motivo o dono de uma empresa contratada pelo município, recebendo valores grandiosos para a realidade local, disponibiliza um carro considerado luxuoso ao prefeito que o contratou?", questionou o autor da ação. O requerente afirmou ainda que o objetivo da ação é inibir práticas abusivas e imorais perpetradas pelo gestor municipal, afirmando que a conduta do atual prefeito de Alto Parnaíba incorre em suspeita de improbidade administrativa. Enfatiza, ainda, que existem várias denúncias sobre o uso de combustível da prefeitura

no maquinário da fazenda do prefeito, bem como a contratação irregular de uma equipe de consultoria de São Luís. Para o requerente, faz-se necessário o afastamento cautelar do prefeito, haja vista a possibilidade de prejuízo à instrução processual caso ele não seja afastado. A juíza entendeu pela necessidade do afastamento cautelar, já que a permanência do gestor no cargo representaria risco de atuação ilegal, como a probabilidade de continuação da dilapidação do erário por parte dos demandados e por receio de que o chefe do executivo possa vir a utilizar irregularmente a função que ocupa, como para a subtração ou alteração de documentos.

Porto Franco MPMA emite Recomendação sobre fornecimento de merenda escolar

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Franco expediu, no último dia 22, uma Recomendação na qual trata da regularização do fornecimento de merenda escolar à rede municipal de ensino. O documento foi encaminhado ao prefeito, Nelson Horácio Macedo Fonseca, e à secretária municipal de Educação, Francinete Barrozo da Silva.

Na Recomendação, o Ministério Público do Maranhão dá prazo de 48 horas para que seja regularizado o fornecimento de merenda às escolas municipais, com o envio de carne vermelha e frutas, de acordo com o cardápio elaborado pela nutricionista da rede municipal de ensino. No documento, a promotora de justiça Ana Cláudia Cruz dos Anjos afirma que visitas realizadas pela Promotoria em unidades escolares da zona rural constataram que até 19 de março não haviam sido enviados os produtos cobrados na Recomendação. O cardápio da merenda escolar prevê necessidade de carne moída e frutas em três dias da semana.

MATERIAL ESCOLAR

As vistorias realizadas pela 2ª Promotoria de

Justiça da Comarca de Porto Franco também verificaram que na Unidade Escolar João Tavares da Costa, na região do Formigão, zona rural do município, nem todos os alunos possuem o material escolar necessário, que não foi fornecido pelo Município. Para solucionar o problema, o Ministério Público também deu prazo de 48 horas, na mesma Recomendação, para que os livros e materiais didáticos sejam fornecidos a todos os alunos matriculados na Unidade Escolar. Após o término dos prazos, a Prefeitura tem 10 dias para informar a respeito das providências adotadas para o efetivo cumprimento da Recomendação.



NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (x) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate" () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
(x) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Ação contra Roseana

O juiz eleitoral Itaércio Paulino da Silva, do TRE-MA, rejeitou, em decisão monocrática, uma ação protocolada pelo PCdoB contra a ex-governadora Roseana Sarney.

Segundo a representação comunista, Roseana fez propaganda eleitoral antecipada em Buriticupu, durante a passagem pela cidade da chamada "Caravana da Guerreira", no mês passado.

Também são alvos da ação a suplente de vereadora Marlene Mascarenhas e o marido dela, o ex-madeireiro Hélio Mendes, ambos do PSD.

Outdoor na Sagrima

De acordo com a Representação, a irregularidade eleitoral teria ocorrido por meio de um *outdoor* instalado na entrada do bairro da Sagrima, em Buriticupu, quando da passagem de Roseana pela cidade, na chamada "Caravana da Guerreira".

O PCdoB argumenta que, em grandes dimensões, a peça estaria à vista da população e disponível para divulgação nas mídias sociais eletrônicas. Com a rejeição do juiz Itaércio, o processo, agora, deve ser apreciado pelo pleno do TER-MA.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate''				
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros <input checked="" type="checkbox"/> Atos, Fatos e Banets				
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

O prefeito do município de Alto Parnaíba, Rubens Sussumi Ogassawara, foi afastado pela Justiça, pelo prazo de 180 dias, além de ter a indisponibilidade dos ativos financeiros, bens móveis e imóveis. A disposição também atingiu a empresa Mocelin Comércio e Serviços. A decisão judicial se deu em ação popular, sob acusação de que o gestor transitava pela cidade em uma caminhonete de propriedade da referida empresa, fato este que fere o princípio da moralidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Infraestrutura da Litorânea está em situação degradante

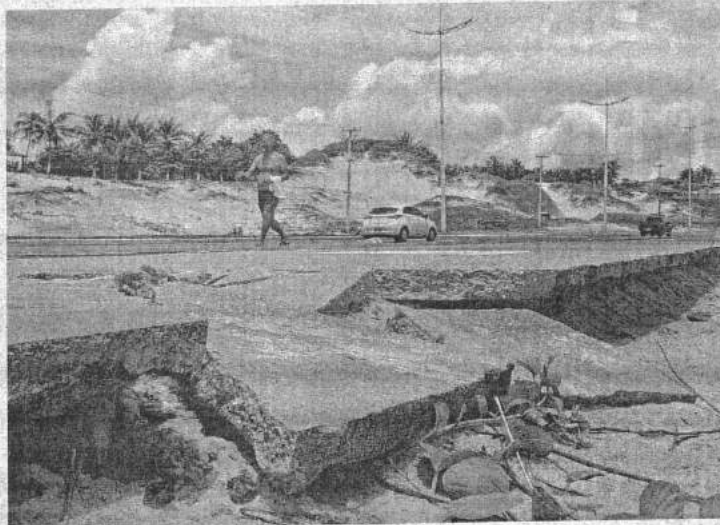
Os poucos coqueiros estão secos e isso torna precário um dos cenários mais procurados pelos ludovicenses e turistas que vêm à capital maranhense; há lixeiras quebradas e o lixo está acumulado

Uma das principais vias de acesso às praias mais frequentadas de São Luís - São Marcos, Calhau e Caolho - a Avenida Litorânea apresenta o paisagismo e a infraestrutura cada vez mais deteriorados. Faltam coqueiros e os que ainda existem estão secos, o que precariza o cenário, que é um dos mais procurados pelos ludovicenses e turistas que vêm a capital maranhense.

O Estado verificou lixeiras quebradas em diversos pontos da via, lixo acumulado na areia, que fica próxima ao calçadão; falta de acesso à praia e trechos do calçadão, utilizado principalmente para a prática de exercícios físicos, estão danificados.

"Tem de ter muita resistência física para descer do calçadão em direção à praia. Ainda corremos o risco de nos acidentar nessas pedras. Acredito que uma avenida como a Litorânea não era para ficar assim nessa situação", relatou Milton Freitas, enquanto andava em direção ao mar.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) informou, em nota, que mantém diálogo permanente



Biné Moraes

Calçadão da Litorânea está danificado e causa risco de acidentes

com a Prefeitura de São Luís e Secretaria de Cultura e Turismo (SecTur), a fim de levantar as necessidades do local. A Sinfra ressaltou que enviará uma equipe técnica para checagem completa e adoção de providências conjuntas.

Vegetação e coleta

Sobre a vegetação, o Instituto Mu-

nicipal da Paisagem Urbana (Impur) informou, também em nota, que será encaminhada uma equipe para o levantamento da vegetação, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias.

Em relação à coleta de resíduos, o

Comitê Gestor de Limpeza Urbana frisou que vai enviar equipes ao local para verificar a situação e providenciar a limpeza da área. O comitê informa ainda que a coleta na Avenida Litorânea ocorre diariamente.

O Comitê pede o apoio dos moradores e frequentadores da Avenida Litorânea para que façam o correto descarte dos resíduos, de modo que sejam acondicionados em sacos plásticos, na frente do seu respectivo domicílio, nos dias e turnos em que passa o caminhão de coleta, evitando o descarte nos demais dias da semana, o que causa o acúmulo de lixo nas vias públicas, atraindo animais e provocando mau cheiro.

Por fim, o Comitê ressaltou que reforçará o monitoramento na localidade, buscando identificar a origem de descargas irregulares e possíveis falhas na coleta. Denúncias ou reclamações podem ser realizadas por meio da Central de Atendimento: 0800 098 1636. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. () Gerada Espontânea Positiva () Negativa

Rodoviária enfrenta falta de energia elétrica e outros problemas

Falha começou na segunda-feira, 2, e até o fim da tarde de ontem, 3, não havia sido solucionada; governo disse que aguarda decisão judicial para fazer licitação

A pós suspensão – no dia 19 do mês passado – do procedimento licitatório para a escolha da empresa que cuidaria da administração do Terminal Rodoviário de São Luís, os problemas no local se agravaram. Desde segunda-feira, 2, estabelecimentos comerciais estão sem energia elétrica e até o fim da tarde de ontem o problema não havia sido solucionado. Em nota, o Governo do Estado – por meio da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOS) – informou que aguarda decisão judicial para continuidade do processo licitatório e que nomeará a empresa responsável para solucionar os problemas no terminal.

Além do corte, o que prejudicou a rotina dos comerciantes do terminal, outros problemas estruturais foram apontados a O Estado. A começar pelo sistema de fornecimento de água, que, de acordo com os trabalhadores, está sendo prejudicado devido ao entupimento de uma das cisternas. A estrutura está suja e necessita de reparo urgente. "Até o momento, a administração do Terminal Rodoviário não tomou providências", disse a comerciante Rosângela Lopes da Cruz, que tem um box no local há 17 anos.

Quanto ao corte de energia, de acordo com a comerciante, a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) foi acionada ainda na segunda-feira à tarde para solucionar o caso. Ao chegar ao local, técnicos da companhia teriam informado aos comerciantes que seria necessária a



Sem energia elétrica estabelecimentos comerciais do Terminal Rodoviário estão prejudicados

BANHEIROS

Além do corte de energia e da cisterna, outro problema apontado pelos comerciantes no Terminal Rodoviário é a falta de conservação dos banheiros. O Estado confirmou que, no banheiro feminino mais próximo dos terminais de embarque, por exemplo, dos 12 sanitários, nove estavam interditados.

troca da central responsável pelo controle de distribuição de energia até os boxes.

Após tomar ciência da sugestão da Cemar, os comerciantes procuraram, também na segunda-feira, a administração da rodoviária, que, por sua vez, informou que providenciaria um profissional para solucionar o caso. A providência ainda estava pendente, por parte dos gestores do terminal, até as 17h de ontem. Diante da gravidade do caso, alguns comerciantes já pensam em repassar os boxes para outros donos. "Eu já cansei dis-

so aqui. Não aguento mais", disse Bruno Almeida, dono de um box de comida na rodoviária.

Relembre

Em julho de 2016, o Ministério Público do Maranhão (MP) interpus uma ação na Justiça solicitando a interdição imediata do Terminal Rodoviário de São Luís. Apesar do pedido, a suspensão das atividades do terminal, que recebe diariamente milhares de pessoas de várias partes do Maranhão e de outros estados, não foi executada.

Em agosto de 2016, o Governo do

Estado e a empresa RVC Comércio e Serviços LTDA – que atualmente ainda administra o local – foram intimadas a realizar reformas na rodoviária. A decisão, em caráter liminar, foi do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Ingressos Dilatos e Coletivos da Capital.

Para verificar se as melhorias foram feitas, representantes do Corpo de Bombeiros estiveram, em agosto do ano passado, no terminal para uma inspeção e, na ocasião, constataram irregularidades que diziam respeito, por exemplo, à incapacidade do sistema de hidrantes e dos extintores de incêndio.

Em fevereiro deste ano, o Governo do Maranhão emitiu nota em que confirmava – a época – que o processo licitatório para a escolha da nova empresa que cuidaria do terminal seria realizado em maio deste ano. O prazo não foi cumprido. ●

De Jéssy



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida Geral () Polícia Outros

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 091 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Novo trecho é isolado e ambulantes remanejados para obras na Deodoro

GILSON FERREIRA

LUCIENE VIEIRA

No último sábado (31 de março), os vendedores ambulantes, bancas e lanchonetes foram remanejados de mais um trecho do Complexo da Praça Deodoro para vias próximas, a fim de que as obras de requalificação urbana de duas praças, das alamedas Silva Maia e Gomes de Castro, avancem. No complexo, que inclui a Rua Grande, o projeto contempla a requalificação urbana com serviços de drenagem e de tratamento sanitário, colocação de novo calçamento, mobiliários e iluminação, fiação subterrânea, dutos de passagem de fibra ótica, banheiros públicos, sinalização, acessibilidade total, entre outros serviços.

De acordo com a dona de uma lanchonete, Eneilde Magalhães, os trabalhadores instalados na Praça Deodoro foram remanejados no último sábado para vias próximas, como a que fica em frente ao Colégio Liceu Maranhense e a de esquina com o Banco do Brasil. Eles ficavam nas estruturas localizadas em frente à Praça do Pantheon e ao lado da Avenida Silva Maia. Segundo Eneilde Magalhães, em março, foram feitas reuniões com representantes da Prefeitura e do Sindicato dos Ambulantes para



Alameda entre o Sesc e o Laboratório Cedro é o mais novo trecho a ser isolado na região da Deodoro para as obras de requalificação

discutir o remanejamento. "Nós fomos avisados com antecedência sobre as mudanças. Foi tudo feito de forma correta, só lamentamos que talvez não voltaremos mais a trabalhar na praça, depois que ela estiver com a reforma pronta", disse Eneilde, que há 13 anos tem

uma lanchonete na Deodoro; e agora está com o estabelecimento montado em frente ao Liceu. A requalificação do Centro é realizada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), como parte do programa PÁC Cidades Históricas, em

parceria com a Prefeitura de São Luís e o governo do Estado. Os serviços abrangem as reformas das praças Deodoro e Pantheon, das Alamedas Silva Maia e Gomes de Castro e o trecho que compreende a Rua Grande até o Largo do Carmo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate"
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros **Caderno 2**

DATA **04 / 04 / 2018** PÁG. **01** () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Barragem do Bacanga

Obras que deveriam ser entregues em março deste ano seguem a passos lentos

A Sinfra informou que a recuperação da barragem já teria sido concluída desde setembro de 2017, estando em andamento os serviços de urbanização

Na manhã de ontem, somente três trabalhadores foram vistos no canteiro de obras, não sendo possível determinar se eram operários ou agentes de limpeza

LUCIENE VIEIRA

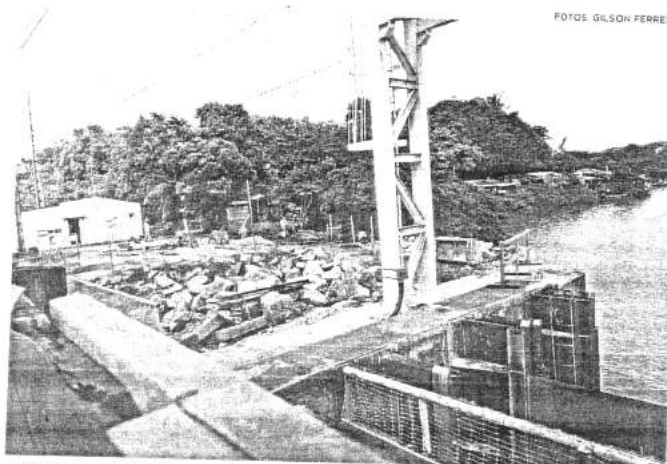
Iniciadas ainda no ano de 2016, as obras de recuperação da Barragem do Bacanga, em São Luís, seguem a passos lentos. Os serviços deveriam ser finalizados em março deste ano – de acordo com informações repassadas pela própria Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), responsável pela execução dos trabalhos, que continuam, sem um prazo definido para sua conclusão. Com os consecutivos atrasos, pescadores reclamaram dos prejuízos e também de danos ambientais. Na manhã dessa terça-feira (3), a reportagem do *Jornal Pequeno* esteve no canteiro de obras, e pelas brechas dos tapumes que cercam o local foi possível observar a presença de poucos operários. Cerca de apenas três. Pescadores que auxiliam na área relataram que os serviços são executados lentamente e que, desde o início das obras, a captura dos peixes sofreu uma queda considerável. Ainda segundo eles, com a inoperância nas comportas, não há circulação de água na reserva hidrográfica, o que contribuiu para a morte de peixes.

DESATIVADA DESDE 2015

A Barragem do Bacanga está desativada desde o mês de setembro de 2015, após o rompimento do cabo de aço que sustentava a única comporta em atividade, que se rompeu e caiu no mar. As obras de recuperação foram iniciadas em 2016, mas tiveram seus prazos de entrega descumpridos pelo governo do Maranhão.

No projeto inicial, as obras estavam previstas para serem concluídas ainda no fim de 2016, mas isso não aconteceu. Esgotado o prazo, a Secretaria Estadual de Infraestrutura (Sinfra) informou que a barragem seria entregue recuperada no mês de fevereiro de 2017, porém, a data precisou ser adiada novamente.

No dia 6 de julho do ano passado, a Sinfra informou, por meio de uma nota encaminhada ao JP, que a conclusão da instalação da comporta principal estava prevista para ser feita até a segunda quinzena de julho e a entrega da obra – com o reformo estrutural e recuperação das pontes – prevista para agosto. A Sinfra informou ainda que o atraso na regularização da barragem aconteceu porque a empresa contratada não cumpriu o prazo de entrega da obra.



FOTOS: GILSON FERREIRA

Obras de recuperação da Barragem do Bacanga se estendem desde o ano de 2016; atualmente, os serviços seguem de forma bastante lenta



Problemas na estrutura que contempla o complexo da barragem também são motivos de preocupação para quem transita pelo local

necessário para os serviços. No entanto, as comportas da represa já se encontram no local. Mais recente, a Sinfra informou que estava realizando a execução dos serviços de urbanização do entorno para a entrega definitiva do equipamento, incluindo que tenha

prazo previsto para o fim do mês passado. Omei funcionários não quiseram informar sobre o andamento dos serviços. Por entre brechas da parede que isola o local, foi registrada a morte de um peixe, e nenhum trabalhador operário

máquinas ou carregando material de construção.

PREJUÍZOS

Enquanto a obra não é finalizada, os pescadores lamentam a queda na atividade pesqueira. Com a inoperância das comportas, eles contam que não há circulação de

água, e por isso os peixes estão desaparecendo. "Estou aqui desde as 6h, e já são 9h15, e eu não peguei nenhum peixe", disse Ribamar Carvalho, vigilante desempregado e que mora na Vila Embratel.

Outro morador do bairro, o 'seu' José Carlos Barros, carpinteiro que nos dois anos não arruma emprego, conseguiu pescar dois quilos de peixe tainha, que levava para o almoço de ontem da família. "Eu pescou no Rio Bacanga há 30 anos, e nunca a situação esteve tão crítica. Desempregado, venho pescar no mínimo três vezes na semana. Nos últimos seis meses, não vi peixes mortos, mas acredito que seja devido as chuvas, pois, os serviços de abrir e fechar as comportas, não está sendo feito de forma devida e regular por quem administra a barragem", informou José Carlos.

Outro problema na barragem são as grades de ferro que formam o corrimão para os pedestres. As estruturas estão totalmente enferrujadas ao longo do seu comprimento e, em alguns pontos, elas já não mais existem, oferecendo riscos para as pessoas que passam pelo local.

SERVIÇOS

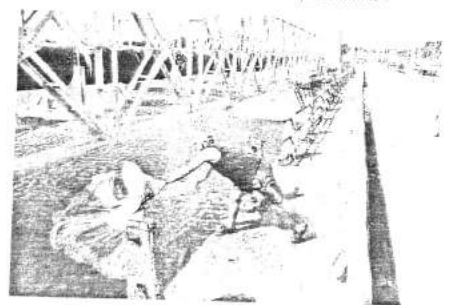
A reforma e recuperação das comportas da Barragem do Bacanga custariam o montante de R\$ 7.500.321,47, ao Tesouro Estadual. Já no site do Governo, o dado atualizado do investimento chega aos R\$ 10 milhões, sendo que o conjunto de intervenções deve garantir a reoxigenação e controlar o nível de dessalinização do Lago do Bacanga, evitando a mortandade dos peixes, ao mesmo tempo em que impede a ocorrência

de alegamentos na região. Foram instaladas as duas comportas Stop Logs e realizados serviços de adequação estrutural da barragem. Os serviços estão divididos em três etapas principais. A primeira é a colocação de uma comporta de manutenção para rebaixamento do nível do lago. A segunda é o assentamento da segunda comporta ensecadeira (tapume estanque provisório) ou de manutenção. Já a terceira seria o assentamento da comporta principal.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sintra) informou que a obra de recuperação da Barragem do Bacanga, que contempla a substituição da Comporta do Navegação Principal, foi concluída desde setembro do ano passado. E que "com a conclusão desse serviço, iniciou-se de imediato a operação de abertura e fechamento da comporta, estando em pleno funcionamento desde então". A Sintra comunicou ainda que "foi realizado reforço nas pontes que compõem o complexo". Foi dito também que "apenas os serviços de urbanização do entorno estão em andamento para a entrega definitiva do equipamento público".

Por fim, a Sintra esclareceu que "devido ao intenso volume de chuvas na Grande Ilha, as operações de abertura e fechamento da comporta da Barragem do Bacanga tiveram de ser intensificadas, comprometendo a conclusão dos serviços de urbanização do entorno".



Pescadores continuam reclamando da escassez de peixes, o que seria justificado pela falta de oxigênio no lago

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Mantidos presos 8 envolvidos com a máfia do contrabando

Delegado Thiago Bardal e o coronel Francalanci, da Polícia Militar, estão entre os denunciados; contra o advogado Ricardo Jefferson Belo foi mantida a denúncia, mas ele continua em liberdade por ter sido beneficiado com HC

ISMAEL ARAÚJO
Do grupo de O Estado

A Justiça Federal do Maranhão manteve a prisão de oito dos acusados de integrar a máfia do contrabando, cuja quadrilha foi desarticulada durante uma operação da Polícia Militar, ocorrida no dia 22 de fevereiro deste ano, no povoado Arratal, bairro Quebra-Pote, zona rural de São Luís. O Poder Judiciário revogou, ainda, a prisão preventiva de 10 acusados e determinou à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal destruir a carga de cigarro e uísque apreendida em poder desses criminosos.

A decisão judicial foi assinada pelo juiz federal da 1ª Vara Criminal, Luiz Régis Filho, e publicada ontem, no site do órgão. Segundo a decisão, a carga apreendida, por meio de perícia da Polícia Federal, entrou no país de forma ilegal e deve ser destruída. O crime de contrabando ofende a administração tributária aduaneira e o controle do comércio exterior.

O magistrado manteve as acusa-



Delegado Thiago Bardal está entre os oito mantidos presos por envolvimento com contrabandistas

ções contra o ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), delegado Thiago Bardal; contra o coronel da Polícia Militar (PM), Reinaldo Elias Francalanci; o major Luciano Fábio Parias Bangel; o subtenente da PM Joaquim Pereira de

Carvalho Filho; o soldado Fernando Paiva Moraes Junior; e os civis José Carlos Gonçalves, Galdino do Livramento Santos e Evandro da Costa Araújo.

O juiz liberou das acusações Edmilson Silva, Rodrigo Santana e Feder-

Carvalho, por apresentarem menor relevância nesse esquema criminoso. Eles devem comparecer de forma bimestral ao Poder Judiciário, e o primeiro comparecimento está marcado para o próximo dia 15. Ainda estão proibidos de manter conta-

to com os acusados e ter acesso ao sítio onde ocorreu o flagrante delito.

O magistrado revogou ainda a prisão preventiva de Aroldo João Padilha Martins, Jonilson Amorim, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Patrick Sergio Moraes Martins,

radado pelo Tribunal de Justiça por meio de habeas corpus.

Entenda o caso

O cerco policial foi realizado na noite do dia 21 de fevereiro e se estendeu até a noite do dia seguinte. Uma parte do bando foi presa em um sítio, no povoado Arratal, no bairro Quebra-Pote, onde foram apreendidos veículos, armas, munição, dinheiro e a carga de uísque e cigarros contrabandeados.

Além da prisão em flagrante, a polícia realizou também prisões por meio de ordem judicial. Entre os presos estão policiais militares, políticos, empresários e delegado da Polícia Civil.

O processo sobre esse caso começou na 1ª Vara Criminal de São Luís e foi transferido para a Justiça Federal, onde tramita na 1ª Vara Criminal. Os acusados no último dia 28 foram denunciados pelo Ministério Público Federal pelos crimes de organização criminosa, contrabando, descaminho, corrupção, falsidade documental, posse irregular de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. ●

Nove acusados tiveram prisão revogada

Três operários foram liberados das acusações

Juiz determina destruição da carga apreendida

Glodysson da Silva Alves, Franklin Loure Nogueira e do tenente-coronel da PM, Antônio Erierton Nunes Araújo. Quanto ao advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo, foi mantida a denúncia contra ele, mas continua em liberdade, já que foi libe-



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate'' <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros			
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	12
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Contrabando Justiça Federal recebe a denúncia e retira o segredo de Justiça dos autos

Não foi aceita a denúncia contra o tenente-coronel Eriverton Nunes; outros seis suspeitos também foram liberados

NELSON MELO

A Justiça Federal, por meio da 1ª Vara Federal Criminal, recebeu a denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) acerca do caso envolvendo o contrabando de cigarro e uísque, cuja quadrilha foi desarticulada em fevereiro deste ano, após a descoberta de um galpão no Arraial – na região do Quebra Pote, zona rural de São Luís. O juiz Luiz Régis Bomfim Filho retirou o segredo de Justiça dos autos do processo.

Em sua decisão, divulgada na segunda-feira (2), o juiz determinou a quebra dos sigilos de dados telefônicos, bancários e fiscais dos denunciados; redigitalização dos autos físicos e a intimação da Receita Federal do Brasil para que proceda à apreensão administrativa de cigarros e uísques.

SOLTURA DE TENENTE-CORONEL

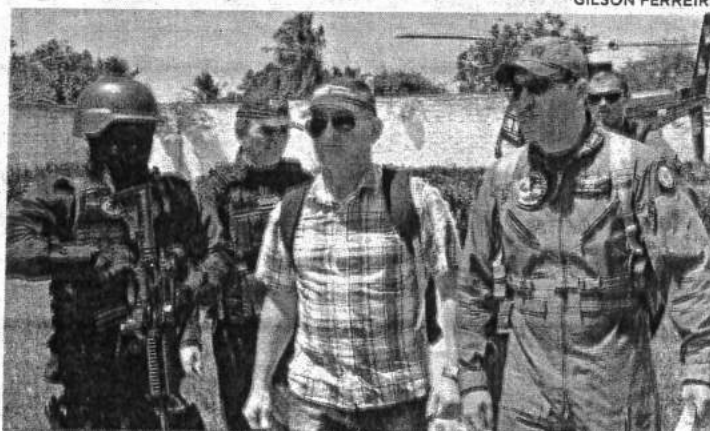
O magistrado não aceitou denúncia contra o tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes Araújo, preso no dia 7 de março deste ano em Belém, no Pará, em virtude do suposto envolvimento com

a quadrilha de contrabandistas desarticulada pelas polícias Militar e Civil, no mês de fevereiro. Além dele, outros seis investigados desse caso também foram liberados.

Nesse sentido, Luiz Bomfim revogou a prisão preventiva de Eriverton e, ainda, as de Jonilson Amorim, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Patrick Sérgio Moraes Martins, Gleydson da Silva Alves e Franklin Loura Nogueira. Revogando, também, a medida cautelar contra Eder Carvalho Pereira. E concedeu liberdade provisória com fiança, no valor de R\$ 10 mil, a Aroudo João Padilha Martins.

MANUTENÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA

O juiz decidiu manter a prisão preventiva do ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia; do delegado Tiago Mattos Bardal, ex-superintendente Estadual de Investigações Criminais (Seic); do coronel da Polícia Militar (PM) Reinaldo Elias Francalanci; do major da PM Luciano Fábio Farias Rangel; do subtenente da PM Joaquim Pereira de Carvalho Filho; do soldado



Tenente-coronel Eriverton, quando foi trazido de Belém para São Luís; ele não teve a denúncia aceita pela Justiça Federal e acabou liberado

da PM Fernando Paiva Moraes Júnior; de José Carlos Gonçalves; Galdino do Livramento Santos e Evandro da Costa Araújo. Ademais, decidiu por manter a liberdade provisória ao advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo; a Edmilson Silva Macedo e a Rodrigo Santana.

O CASO DO CONTRABANDO

Por volta da meia-noite do dia 22 de fevereiro, foram presos o major Luciano Fábio Farias Rangel, o 2º sargento Joaquim Pereira de Carvalho; o soldado Fernando Paiva Moraes e o ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa

Garcia. A operação, registrada no Quebra Pote, apreendeu diversas armas, drogas e produtos oriundos do contrabando. Além do sítio, os materiais foram localizados em duas carretas, dois galpões e outros veículos menores. Além desses já citados, foram presos outros envolvidos, como o tenente-coronel Eriverton Nunes Araújo, ex-comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que foi encontrado em Belém, no Pará, e também tinha contra si mandado de prisão preventiva. Ele chegou a São Luís em um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) no dia 7 do mês de março.

GILSON FERREIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate'' <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia Outros			
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	7
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

Justiça recebe denúncia sobre supostos contrabandistas de uísque

A Justiça Federal recebeu a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso de quadrilha de contrabandistas de bebidas e cigarros envolvendo várias autoridades da Polícia do Estado do Maranhão. A denúncia foi oferecida pelo MPF no Maranhão no dia 28 de março. A denúncia é contra 13 pessoas, entre policiais militares, delegado da Polícia Civil, político e empresários, acusadas de integrarem organização criminosa especializada no contrabando de cigarros e descaminho de bebidas para São Luís (MA). Foi pedida a manutenção das prisões preventivas e medidas cautelares, além da condenação dos denunciados pela prática dos crimes de organização criminosa, contrabando, descaminho, corrupção, falsidade documental, posse irregular de arma de fogo e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

Foram recebidas as denúncias contra o delegado da Polícia Civil Tiago Mattos Bardal, o ex-vice-prefeito de São Mateus (MA) Rogério Sousa Garcia, o coronel da Polícia Militar (PM) Reinaldo Elias Françalanci. Todos tiveram as prisões preventivas manti-



Fumo e cachaça foram apreendidos com a quadrilha

das. Recebidas as denúncias também contra: José Carlos Gonçalves, Joaquim Pereira de Carvalho Filho, Fernando Paiva Moraes Junior, Aroudo João Padilha Martins, Ricardo Jeerson Muniz Belo, Edmilson Silva Macedo, Galdino do Livramento Santos, Evandro da Costa Araújo e Rodrigo Santana Mendes.

O juiz Luiz Régis Bomm Filho manteve a prisão preventiva dos denunciados: José Carlos Gonçalves, Luciano Fábio Farias Rangel, Joaquim Pereira de Carvalho Filho, Fernando Paiva Moraes Junior, Galdino do Livramento Santos e Evandro da Costa Araújo.

Concedida liberdade provisória para os investigados: Ricardo Jeerson Muniz Belo, Edmilson Silva Macedo, Rodri-

go Santana Mendes e Aroudo João Padilha Martins (apenas com fiança de 10 mil reais).

A denúncia foi formulada pelos procuradores da República Carolina da Hora Mesquita Höhn, Juraci Guimarães Júnior e Marcilio Nunes Medeiros, designados pela Procuradora-Geral da República Raquel Dodge para atuar conjuntamente na investigação, e baseou-se em laudos elaborados pela Polícia Civil e Polícia Federal, além de depoimentos de testemunhas, policiais civis e militares e apreensão de mercadorias ilícitas e armas sem registros.

Na última quinta-feira (28), o delegado Tiago Bardal prestou depoimento sobre outro esquema de contrabando pelo qual está sendo investigado.

Corpo de homem é encontrado em matagal na cidade de Imperatriz

Pela segunda vez nesta semana um achado cadavérico em Imperatriz, o corpo de um homem foi encontrado por populares no final da tarde desta terça-feira (03), o corpo estava em avançado estado de putrefação e foi encontrado numa área alagadiça de uma Fazenda no Bairro Imigrantes.

Devido o avançado estado de decomposição somente exames no IML de Imperatriz, que poderá dizer o que teria provocado a morte, o homem de estava vestido de camisa e calça escuras, o IML fez a remoção do corpo para Icrim, onde espera familiares fazer o reconhecimento.

O primeiro achado cadavérico aconteceu dia 1º de abril, o corpo de um homem estava boiando nas águas do Rio Cacau, tendo sido morto a facadas e por espancamento, foi identificado como sendo de Neilson Sousa Santos, 30 anos, usuário de droga e morava do bairro de Bacuri.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''			
() Extra () A tarde () Correio de Noticias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros			
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	02 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Quebra de sigilo no caso de contrabando

Justiça Federal acata denúncia e 13 viram réus do processo. Dados bancários, telefônicos e fiscais de acusados devem ser disponibilizados

A Justiça Federal, por meio da 1ª Vara Federal Criminal, recebeu a denúncia proposta pelo Ministério Público Federal do Maranhão (MPF-MA) no caso da quadrilha de contrabandistas desbaratada pela Polícia Civil durante uma operação conjunta com a Polícia Militar na zona rural de São Luís.

No despacho, o juiz federal substituto, Luís Regis Bomfim Filho, não aceitou a denúncia contra o tenente-coronel Antonio Eriverton Nunes Araújo, preso no dia 7 de março deste ano em Belém, no Pará, em virtude do suposto envolvimento com a quadrilha de contrabandistas desarticulada pela Polícia Civil em fevereiro. Além dele, seis investigados desse caso também foram liberados pelo magistrado.

O juiz, que retirou o sigilo da ação penal, decidiu manter a prisão preventiva do ex-vice-prefeito de São Mateus (MA) Rogério Sousa Garcia, do delegado Tiago Mattos Bardal, coronel da Polícia Militar Reinaldo Elias Francalanci, major da PM Luciano Fábio Farias Rangel, subtenente da PM Joaquim Pereira de Carvalho Filho, soldado da PM Fernando Paiva Moraes Júnior, José Carlos Gonçalves, Galdino

DENUNCIADOS

- (1) ROGÉRIO SOUSA GARCIA
- (2) JOSÉ CARLOS GONÇALVES
- (3) TIAGO MATTOS BARDAL
- (4) LUCIANO FÁBIO FARIAS RANGEL
- (5) JOAQUIM PEREIRA DE CARVALHO FILHO
- (6) FERNANDO PAIVA MORAES JÚNIOR
- (7) AROUDO JOÃO PADILHA MARTINS
- (8) REINALDO ELIAS FRANCALANCI
- (9) RICARDO JEFFERSON MUNIZ BELO
- (10) EDMILSON SILVA MACEDO
- (11) GALDINO DO LIVRAMENTO SANTOS
- (12) EVANDRO DA COSTA ARAÚJO
- (13) RODRIGO SANTANA MENDES

NÃO DENUNCIADOS

- (14) EDER CARVALHO PEREIRA
- (15) JONILSON AMORIM
- (16) PAULO RICARDO CARNEIRO NASCIMENTO
- (17) PATRICK SÉRGIO MORAES MARTINS
- (18) GLEYDSON DA SILVA ALVES
- (19) FRANKLIN LOURA NOGUEIRA e
- (20) ANTONIO ERIVERTON NUNES ARAÚJO

do Livramento Santos e Evandro da Costa Araújo.

Decidiu, ainda, manter liberdade provisória ao advogado Ricardo Jeferson Muniz Belo, de Edmilson Silva Macedo e de Rodrigo Santana, concedendo, também, liberdade provisória, com fiança, no valor de R\$ 10 mil, a Aroudo João Padilha Martins.

Luís Bomfim revogou a pri-

são preventiva contra Jonilson Amorim, Paulo Ricardo Carneiro Nascimento, Patrick Sérgio Moraes Martins, Gleydson da Silva Alves, Franklin Loura Nogueira e Antônio Eriverton Nunes Araújo, revogando, ainda, a medida cautelar contra Eder Carvalho Pereira.

Em sua decisão, o magistrado determinou a quebra dos sigi-

los de dados telefônicos, bancários e fiscais dos denunciados e a intimação da Receita Federal do Brasil para que proceda à apreensão administrativa de cigarros e uísques.

O caso do contrabando

Por volta da meia-noite do dia 22 de fevereiro, foram presos o major Luciano Fábio Farias Rangel, o 2º sargento Joaquim Pereira de Carvalho, o soldado Fernando Paiva Moraes e o ex-vice-prefeito de São Mateus Rogério Sousa Garcia. A operação, registrada no Quebra-Pote, apreendeu diversas armas, drogas e produtos oriundos do contrabando, mais precisamente, caixas de cigarro e de uísque. O material foi apreendido num sítio e em duas carretas, dois galpões e outros veículos menores.

Além desses já citados, foram presos outros envolvidos, como o tenente-coronel Eriverton Nunes Araújo, ex-comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que foi encontrado em Belém, no Pará, e também tinha contra si mandado de prisão preventiva. Ele chegou a São Luís em um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) no último dia 7 de março.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
		Outros	
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	64
		<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea
		<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa

Justiça revoga prisão de agressor da ex-mulher

Lúcio André Genésio, que estava foragido desde novembro, data da agressão, foi beneficiado ontem com um habeas corpus concedido pela Câmara Criminal

A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão concedeu, ontem, um habeas corpus ao empresário e irmão do prefeito de Pinheiro, Lúcio André Genésio. Ele era considerado foragido da justiça por ter sido preso decretada pelo juiz Clésio Coelho, no dia 12 de novembro do ano passado, acusado de ter agredido fisicamente a ex-esposa, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva.

Após o deferimento do recurso, o acusado pode responder por esse crime em liberdade, já que deixou de ser foragido do Poder Judiciário.

O juiz Clésio Coelho Cunha havia decretado a prisão preventiva de Lúcio André Genésio por conta de agressões físicas à advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. Esse pedido de prisão, inclusive, foi protocolado pelo Ministério Público, assinado pela promotora de justiça, Bianka Sekkef Sallem Rocha.

A vítima declarou ao Ministério Público que tinha sido agredida fisicamente várias vezes por Lúcio André, até mesmo quando estava grávi-



Divulgação

Lúcio André Genésio está livre da prisão por decisão do TJ

da. Em um dos casos, o acusado chegou a ser preso em flagrante na cidade de Pinheiro. Ela relatou que no dia 11 de novembro do ano passado foi espancada pelo ex-marido desde a Lagoa da Jansen até próximo a sua residência, no bairro da Cohama.

A advogada ficou com hematomas, inclusive no rosto. Ainda nesse

dia, o acusado chegou a ser preso e conduzido ao plantão de Polícia Civil do Cohama, mas foi liberado após pagamento de fiança no valor de R\$ 1.685,00, arbitrada pelo delegado plantonista Valber Braga.

Nota da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), em nota divulgada ontem, repudiou a

Crime ocorreu em novembro em São Luís

decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, que concedeu habeas corpus ao empresário Lúcio André Genésio. A OAB reafirma seu comprometimento com a dignidade da pessoa humana, com a advocacia e com a sociedade maranhense e solidariza-se com a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia () Outros
DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Revogada prisão preventiva do empresário Lúcio Genésio

Ele era procurado por ter agredido sua ex-mulher, em novembro de 2017



Agressões promovidas pelo empresário deixaram o rosto da advogada deformado

Como resultado de uma decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), na manhã dessa terça-feira (3), foi revogado o mandado de prisão preventiva contra Lúcio André Genésio, irmão do prefeito de Pinheiro. Ele estava sendo procurado, por ser considerado foragido, após ter agredido a ex-mulher, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, que sofreu várias lesões no rosto. Na votação para a concessão do habeas corpus ao empresário Lúcio André, os desembargadores Antônio Bayma Araújo e Raimundo Melo foram a favor dele, enquanto o relator João Santana se posicionou contra. Como o mandado de prisão preventiva foi revogado, o então foragido responderá ao processo em liberdade, sendo que nem sequer ele tinha sido capturado ou se entregado à polícia.

ENTENDA O CASO

Lúcio Genésio espancou a advogada na noite do dia 11 de novembro de 2017, em São Luís, iniciando as agressões na área da Lagoa da Jansen, após um jantar em um restaurante. Ele, segundo o Boletim de Ocorrências (BO), assinado no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac, obrigou a vítima a postar fotos nas redes

sociais de ambos juntos, e ainda ordenou que Ludmila Rosa lhe entregasse o celular, com o intuito de verificar possíveis conversas dela com outro homem. Segundo consta no BO, ela postou as fotos, mas se recusou a entregar o aparelho, o que o levou a pedir a conta do restaurante e a sair do local acompanhado da advogada, que foi agredida dentro do carro do empresário e também na casa dela, no bairro da Cohama. Como declarado no documento, Lúcio quebrou o celular da ex-mulher e a empurrou para fora do veículo. Vizinhos da vítima impediram que ele atropelasse Ludmila e o imobilizaram, pois ele estava fora de si.

No Plantão do Cohatrac, ele foi liberado após o pagamento de fiança de R\$ 4.685 mil já na madrugada seguinte. Enquanto isso, Ludmila foi levada a um hospital, onde foi submetida a exames médicos. Conforme informações da polícia, Lúcio já havia espancado a advogada no ano passado, quando ela estava grávida de cinco meses, em Pinheiro. O juiz Clésio Coelho Cunha, do Plantão Criminal, decretou a prisão preventiva do autor das agressões com base nos pedidos da promotora Bianca Sekkef Sallem Rocha.

(NELSON MELO)

OAB-MA EMITE NOTA DE REPÚDIO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio de três das suas comissões, emitiu nota de repúdio à decisão tomada pelos desembargadores que compõem a 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A seguir, a íntegra da nota emitida pela OAB-MA.

“A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), vem a público repudiar a decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, que na manhã desta terça-feira, 03/04, concedeu habeas corpus ao empresário Lúcio André Genésio, que estava com pedido de prisão preventiva em aberto por agredir sua ex-companheira, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. Com a decisão do Tribunal de Justiça, Lúcio André responderá o processo em liberdade, deixando de ser foragido perante a Justiça.

A OAB Maranhão reafirma seu comprometimento com a dignidade da pessoa humana, com a advocacia e com a sociedade maranhense, e por meio desta vem também solidarizar-se com a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva. A Seccional Maranhense, assim como tem feito em episódios envolvendo casos de violência contra a mulher e desrespeito aos direitos e princípios fundamentais dos cidadãos e advogados, tem se posicionado, tomado todas as providências cabíveis e acompanhado as investigações e desdobramentos de todos os casos. Neste, de violência contra a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva, a OAB/MA esteve vigilante e colocou-se à disposição da vítima por meio da Comissão

da Mulher e da Advogada e também da Comissão de Acompanhamento das Vítimas de Violência, que tomaram todas as providências legais e cabíveis para que o ato violento fosse submetido aos preceitos legais.

É imensurável e inaceitável a violência moral e física a que a profissional da advocacia foi submetida. A ação reflete que a sociedade ainda tem muito a caminhar para a garantia plena dos direitos das mulheres.

A violência contra a mulher está, sim, enraizada na cultura brasileira, que banaliza as agressões e, não raro, atribui a culpa à própria vítima. Uma cultura que o sistema OAB, da qual faz parte a Seccional Maranhense, tem trabalhado para desconstruir, e fortalecer o conceito de sororidade,

ação fortemente presente no feminismo, sendo definido como um aspecto de dimensão ética, política e prática deste movimento de igualdade entre os gêneros. Do ponto de vista do feminismo, a sororidade consiste no não julgamento prévio entre as próprias mulheres que, na maioria das vezes, ajudam a fortalecer estereótipos preconceituosos criados por uma sociedade machista e patriarcal.

O sistema OAB se coloca à disposição das instituições de Estado e da Sociedade Civil Organizada, para que juntos sejam os mediadores desse grandioso processo de mudanças no país. Comissão da Mulher e da Advogada da OAB/MA Comissão de Acompanhamento das Vítimas de Violência da OAB/MA Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA”

Camboa

Homem é morto com tiros na cabeça dentro de bar

Na noite de segunda-feira (2), mataram um homem de 53 anos no bairro da Liberdade, em São Luís, por volta das 19h15, no interior de um bar localizado nas

proximidades da feira da região. O Instituto Médico Legal (IML) informou ao Jornal Pequeno, por meio de uma fonte, que a vítima foi executada com aproximadamente

dois tiros na cabeça. Ainda conforme informações do IML, o homem, identificado como Agnaldo de Jesus Santos Tavares, era filho de uma ex-funcionária do

setor administrativo do Instituto de Criminalística (Icrim), órgão ligado à Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Maranhão (SPTC). (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate''			
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia		Outros	
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	07 <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**Justiça coloca
na rua o perigoso
irmão de prefeito
espancador de mulher**
PÁGINA 7



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros	
DATA	04 / 04 / 2018
PÁG.	7
<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

“MARIA DA LENHA”

Justiça concede habeas corpus para irmão de prefeito que espancou ex-mulher

A Justiça do Maranhão, por meio da 1ª Câmara Criminal do Tribunal decidiu, nesta terça-feira (3), conceder habeas Corpus para o empresário Lúcio André Silva Soares, conhecido como Lúcio Genésio, que responde por agressão contra sua ex-espósa, a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva.

O relator do caso foi o desembargador João Santana Sousa e ele foi contra o habeas corpus, diferentemente dos outros dois desembargadores Antônio Bayma Araújo e Raimundo Nonato Melo, que foram favoráveis ao HC.

A prisão preventiva do empresário foi decretada pelo juiz Clésio Coelho Cunha, em novembro de 2017. As agressões foram registradas pela vítima na Delegacia da Mulher dias antes. Mesmo com a prisão decretada, ele nunca foi preso.

Em uma rede social, a vítima se manifestou e disse que está em pânico. “Sinceramente, estou em ataque de pânico, escrevendo e tremendo ao mesmo tempo. Não sei se pelo medo de viver tudo de novo ou pela ridicularização que passo no meu estado”, diz.



Lúcio André Genésio agrediu a ex-espósa, Ludmila Rosa, duas vezes. Uma em Pinheiro e outra em São Luís.

A OAB Maranhão lançou nota sobre a decisão do habeas corpus e disse que “reafirma seu comprometimento com a dignidade da pessoa humana, com a advocacia e com a sociedade maranhense, e por meio desta vem também solidarizar-se com a advogada Ludmila Rosa Ribeiro da Silva”. (Leia abaixo a nota na íntegra).

ENTENDA O CASO - Na cidade de Pinheiro, Lúcio Genésio já tinham agredido Ludmila e o caso foi registrado na delegacia da cidade, distante

113 km de São Luís. À época, ela estava grávida. Depois desta agressão, houve a separação.

Eles tentavam se reconciliar quando a segunda agressão aconteceu. Em depoimento, a vítima disse que as agressões, em São Luís, foram em um sábado. Ela começou a ser espancada desde a Lagoa da Jansen até próximo ao seu condomínio, no bairro Cohama. O agressor a expulsou do veículo, quebrou seu celular e foi embora. Não demorou muito, voltou com o mesmo

carro e a forçou entrar no condomínio onde continuou com a agressão física.

Ela relata ainda que conseguiu sair do carro e pediu socorro. Os gritos chamaram atenção dos vizinhos, que lhe socorreram. A Polícia Militar foi chamada e conduziu Lúcio Genésio até a delegacia. A advogada ficou com marcas por todo corpo e nem conseguia abrir o olho esquerdo.

Levado à delegacia, ele foi liberado após pagar fiança de R\$ 4.685 fixada pelo delegado Válber Braga.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate''				
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input checked="" type="checkbox"/> Política		<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		<input type="checkbox"/> Geral
		<input type="checkbox"/> Polícia		Outros
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Habeas corpus concedido

A Justiça maranhense concedeu, ontem (3), habeas corpus ao empresário Lúcio André Silva Soares (irmão de Luciano Genésio, prefeito de Pinheiro), que estava na condição de foragido desde novembro do ano passado, quando foi acusado de agredir sua ex-companheira, Ludmila Rosa Ribeiro Silva.

A decisão do habeas a Lúcio André foi da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão. Votaram a favor os desembargadores Bayma Araujo e Raimundo Melo. Somente o relator João Santana votou contra.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros *Capa*

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 01 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

KARLOS GEROMY



Jefferson Portela diz que investimentos feitos pelo governo garantem mais qualidade e agilidade na Segurança Pública

Grande S. Luís tem o menor número de homicídios dos últimos 11 anos

Dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública mostram que o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) registrados na Grande São Luís em março de 2018 é o menor dos últimos 11 anos. PÁG. 5 [C1]



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate" <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia Outros			
DATA	04 / 04 / 2018	PÁG. 06	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Grande São Luís tem o menor número de homicídios dos últimos 11 anos

Dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) mostram que o número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), registrados na Grande São Luís em março de 2018, é o menor dos últimos 11 anos, comparado com o mesmo período dos outros anos. Os CVLIs incluem os crimes violentos que resultam em morte: homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Segundo o setor de estatística da SSP, em março de 2018, foram 22 CVLIs registrados nos municípios que compõem a Grande Ilha: São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. Os números de março de 2018 são os menores desde 2009. Nessa série histórica, o ano de 2014 foi o que registrou o pico de ocorrências no mês de março, totalizando 84 casos de crimes violentos na Grande São Luís. Se comparado ao ano passado, março de 2018 também registrou quedas nos casos, saindo dos 60 em 2017 para os atuais 22, totalizando uma redução de 63%.

MAIS INVESTIMENTOS

Entre os fatores importantes para redução gradativa dos casos de crimes letais na Grande Ilha, estão a criação, em 2016, da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), que modificou a dinâmica de combate aos crimes e trouxe maior precisão à investigação criminal desses casos, com a utilização de um



KARLOS GEROMY

Delegacia Móvel é uma das inovações realizadas para ampliar o combate à violência

método diferenciado que inclui uma delegacia móvel e ferramenta de georreferenciamento de casos. O secretário de Estado da Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que a proposta colocada para o sistema de Segurança Pública, no início da gestão do governador Flávio Dino, está sendo concretizada. "No governo atual ampliamos as Superintendências no intuito de descentralizar a Segurança Pública. Desse modo, atendemos

com mais qualidade e agilidade as necessidades da população", destacou Portela.

INOVAÇÃO

"A Delegacia Móvel, outra inovação realizada nesta gestão, usa a plataforma ArcGIS, que ajuda a georreferenciar as ocorrências de forma online, coletando dados do crime no local, além de ouvir testemunhas. Isso fez com que nossa taxa de identificação de autoria chegasse

a 47%, ainda no local do crime", afirmou o secretário. Jefferson Portela destacou que o setor de segurança maranhense "conseguiu superar a meta estabelecida pelo governo federal, que era de redução de 20% para 4 anos. Além disso temos uma redução de 40% de homicídios em 2017, na comparação com 2014, da Grande Ilha. Com a queda, cerca de 700 vidas foram salvas em três anos".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate''
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 04 / 04 / 2018 PÁG. 04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Quatro homicídios em dois dias em São Luís

O mês de abril começou violento, na capital maranhense. Quatro pessoas foram executadas somente nos dois primeiros dias e até ontem os autores desses crimes não tinham sido presos pela polícia. Um dos assassinatos ocorreu na noite de segunda-feira, 2, no bairro Liberdade, e a vítima foi identificada como Agnaldo de Jesus Tavares, de 33 anos, que foi baleado em via pública. Os acusados fugiram.

A polícia foi acionada e isolou a área do crime até a chegada dos peritos do Instituto de Criminalística (Icrim). O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser periciado, e a causa do assassinato ainda não foi esclarecida. O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicí-

Icrim também terá relatório sobre o acidente de Rosário

Peritos do instituto recolheram material do helicóptero que caiu, matando quatro pessoas

O Instituto de Criminalística (Icrim) deve divulgar no prazo de 10 dias o resultado da perícia feita na segunda-feira, 2, na aeronave de modelo Robinson R44, que caiu na tarde de domingo, 1º, no povoado Nambuca de Cima, em Rosário. Segundo a polícia, esse trabalho pericial tem o objetivo de identificar as causas do acidente, que resultou na morte dos médicos José Cleber Luz Araújo, Jonas Elói da Luz e Rodrigo Capobianco Braga e do policial civil e ex-integrante do Centro Tático Aéreo (CTA), Alfredo Oliveira Barbosa Neto, piloto da aeronave.

O delegado regional de Rosário, Murilo Tavares, informou que acompanhou ontem o trabalho dos peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) no local do acidente. Eles retiraram fotos e colheram um fardo material para ser analisado na sede

do instituto. O resultado desse trabalho pericial deve ser divulgado ainda no decorrer deste mês.

Ainda de acordo com as informações do delegado, a polícia já começou a ouvir algumas testemunhas. Elas declaram que chegaram a presenciar a aeronave voando a uma altura bem baixa e que estava saindo fogo do motor traseiro. Em seguida, o helicóptero teria batido em uma palmeira e caiu girando no mangal.

Os investigadores do Primeiro Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Seripa 1) também estiveram na cidade de Rosário. O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica informou que esses profissionais têm o objetivo de coletar dados para identificar a causa do acidente, mas ainda não tem data para a divulgação do resultado desse trabalho. ●

Suspeito da morte de Jesiel Sales tem preventiva decretada

Darian de Melo foi preso em Santo Amaro com o carro da vítima; restante do bando é procurado

O Poder Judiciário já decretou a prisão preventiva de Darian de Melo, de 23 anos, que ainda ontem continuava internado no Hospital Municipal Socorrão II. Segundo a polícia, ele foi preso e baleado na perna no último sábado durante uma operação da Polícia Militar, na cidade de Santo Amaro. Darian é acusado de ter roubado e matado o publicitário Jesiel Sales Pontes, de 52 anos. Em poder dele, a polícia apreendeu o veículo da vítima, uma Hilux preta, de placas NHF-7584.

A assessoria de comunicação do Fórum Desembargador Sarney Costa informou que o juiz Flávio Roberto

Ribeiro, da Central de Inquérito, havia transformado a prisão em flagrante de Darian de Melo em preventiva ainda na segunda-feira, 2. O criminoso continua internado no Socorrão II, mas logo que tiver alta médica o Poder Judiciário deve ser comunicado, para que ele seja transferido para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O assassinato do publicitário está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP). O delegado Rogério Lúcio Reis disse que Darian de Melo declarou em seu depoimento que conhecia a vítima.

mas que não havia participado diretamente da morte do publicitário, e apontou mais três pessoas que estavam envolvidas no crime.

Ainda ontem, equipes das polícias Militar e Civil estavam realizando buscas na Região Metropolitana de São Luís e no interior do estado, visando prender os outros envolvidos. O publicitário estava desaparecido desde o último dia 27, e o seu corpo foi encontrado em uma área de matagal, no bairro Pirâmide, em Raposa, dois dias depois, com sinais de violência, principalmente na cabeça.

A polícia informou, também, que no sítio da vítima, no Parque Bob Kennedy, área do Araçagi, havia sinais de arrombamento, com os móveis revirados e marcas de sangue no piso da casa. Os vizinhos disseram que ouviram gritos durante a noite de terça-feira, 27, oriundos do local. O veículo da vítima, entre outros objetos, foram levados pelos criminosos. ●

Autores dos crimes não foram identificados

dins e Proteção a Pessoas (SHPP). Ainda ontem, testemunhas foram ouvidas na sede da SHPP na Avenida Beira-Mar.

Esses policiais também estão investigando a morte de José de Ribamar Pinheiro Cunha, de 32 anos, ocorrida também na segunda-feira, na Vila Embatel.

Ja no Domingo de Páscoa, 1º, foram registrados dois assassinatos na capital. Segundo a polícia, Jondyson Luan Oliveira, de 17 anos, estava na porta de sua residência, na Vila Isabel, quando foi baleado na cabeça e na mão. Ele morreu no local e os acusados fugiram.

Os policiais estiveram no local do crime e colheram informações preliminares sobre o caso, que está sendo investigado pela SHPP. A outra vítima foi Breno Nascimento Santos, de 20 anos, morto a tiros efetuados por homens não identificados, no bairro São Raimundo. A motivação desse crime não foi informada à imprensa. ●

Acusado da morte de professor é autuado por outros crimes

Sávio Gomes, além do assassinato de André Arouche, vai responder, também, por roubo de veículos

Sávio Gomes Fonseca, acusado pelo assassinato do professor e funcionário do Ministério Público André Arouche Fontoura, ocorrido no dia 27 de dezembro do ano passado, vai responder também pelos crimes de roubo qualificado, contusão de menores e porte ilegal de arma de fogo.

Uma equipe da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRF) cumpriu ontem a ordem de prisão em desfavor de Sávio Gomes, que, segundo a polícia, é acusado de ser integrante de uma quadrilha especializada em roubo de veículos na Região Metropolitana de São Luís, principalmente, na área da Cohab.

Ele está preso desde 22 de março deste ano pelo assassinato de André Arouche. A prisão foi feita pela equipe da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas

(SHPP), no bairro da Forquilha. Esse criminoso já tinha passagem pela Justiça pelos crimes de tráfico de droga e homicídio.

Mais ocorrência

Doze tablets de maconha foram apreendidos pela Polícia Militar na noite de segunda-feira, na Vila Palmeira. A droga estava em poder de um homem, identificado apenas como Thaylor Júnior, de 35 anos.

O tenente-coronel Joanderson, comandante do 9º Batalhão da Polícia, disse que os militares encontraram uma maleta vermelha contendo vários tablets de maconha, na residência desse criminoso, na Vila Palmeira, e uma balança de precisão. O acusado foi preso em via pública e estava de posse de outros tablets de maconha. ●